

# IDEOLOGIA DE GÊNERO? NOTAS PARA UM DEBATE DE POLÍTICAS E VIOLÊNCIAS INSTITUCIONAIS<sup>1</sup>

*Alex Barreiro<sup>2</sup>*

*Flávio Santiago<sup>3</sup>*

*Nathanael Araújo<sup>4</sup>*

*Tiago L. C. Vaz Silva<sup>5</sup>*

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é refletir a respeito do combate às políticas para a conquista da equidade de direitos e luta pelo fim da violência a grupos como a população LGBTQIT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros e Homens Trans) e as mulheres no campo da educação. A centralidade adquirida na conjuntura nacional destes temas vem sendo assinalada por parte de uma ala conservadora da sociedade que, nos últimos anos, tem elencado tais políticas como cartas em um jogo marcado

---

<sup>1</sup> Esse artigo é fruto dos debates realizados no Grupo de Trabalho “Gênero e Sexualidade na atual conjuntura”, formado no contexto da greve dos alunos, docentes e funcionários da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), entre os meses de maio e agosto de 2016. Agradecemos às professoras Dra. Isadora Lins França e Dra. Carolina Branco de Castro Ferreira pelo estímulo para que as ideias aqui presentes ganhassem corpo e pelas leituras minuciosas ao longo do processo.

<sup>2</sup> Doutorando em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor nos cursos de História e Pedagogia das Faculdades Integradas Maria Imaculada. E-mail: barreiroalex86@gmail.com

<sup>3</sup> Doutorando em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Bolsista FAPESP. E-mail: flavio.fraquinho@gmail.com

<sup>4</sup> Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: araujo.nathanael@gmail.com

<sup>5</sup> Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Bolsista FAPESPA. E-mail: tvazsilva@gmail.com

por discursos vazios e intuítos obscuros. A partir das contribuições teóricas das Ciências Sociais, da educação e dos estudos de gênero e sexualidade, exploramos documentos da área das políticas educacionais, a fim de apresentarmos aos leitores as bases legais que fundamentam, orientam e destacam a importância de propostas pedagógicas para a formação de alunos e docentes quanto às questões relativas ao gênero e à sexualidade humana. Nosso argumento central é o de que o combate a esses pressupostos, envolvidos na ideia de propagação de uma “ideologia de gênero”, se dá pela supressão de condicionantes oficiais (leis que possibilitem recursos) e vigilância das práticas cotidianas (via currículo oculto).

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação; Gênero e sexualidades; Poder; Política; Moralidades.

## INTRODUÇÃO

Em tempos de recessão econômica, a crise política instaurada no país adquiriu maior gravidade a partir do afastamento da presidenta eleita democraticamente Dilma Rousseff (PT), por meio da admissibilidade do processo de impeachment votado pelo Senado Federal, em 12 de maio de 2016. O mandato interino do vice-presidente, Michel Temer (PMDB), ao alterar o projeto de gestão do país legitimado pelas eleições, em pouco tempo vem acumulando uma série de problemas de gravidade impossíveis de serem mensurados. No plano do simbólico, a mudança chama atenção a olho nu ao percebermos a alteração do quadro governamental<sup>6</sup> e nele observamos apenas a presença de homens de meia idade, todos brancos e pertencentes à parte mais abastada da sociedade. No âmbito comparativo, tal construção não ocorria desde o governo Geisel (1974-1979), na ditadura militar.

Mais do que a ausência meramente formal de mulheres e negros à frente de Ministérios, esta configuração assusta, por não corresponder com o retrato do país, em que, de acordo com os dados mais recentes do censo demográfico de 2014, observa-se a composição da sociedade brasileira, formada por 51,6% de mulheres, 53,6% de negros e pardos e

---

<sup>6</sup> Para maiores detalhes acessar: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/politica/noticia/2016/05/ministerio-da-cultura-e-outras-pastas-sao-extintas-em-reforma-ministerial-de-temer-5800482.html> Acesso em: 19 jul. 2016.

14,17% de jovens entre 20 e 29 anos de idade (IBGE, 2015)<sup>7</sup>. Em 2014, com o salário mínimo ajustado para R\$ 724 reais<sup>8</sup>, notou-se ainda que 47,3% da população declarou receber até um salário mínimo e 37% de um a três salários (IBGE, 2015)<sup>9</sup>.

Nesse esteio, a extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos<sup>10</sup> sinaliza para dimensões simbólicas, representando um corte na esfera da representatividade que histórica e duramente vinha sendo conquistada pelos movimentos sociais no país. O Ministério supracitado, ao passar a compor o Ministério de Justiça e Cidadania, aponta para a diminuição de sua agenda enquanto prioridade frente ao governo em exercício – externadas também pela ausência de figuras plurais no governo.<sup>11</sup>

A nebulosidade do atual contexto político brasileiro assinala para uma série de (des)caminhos que comprometem os poucos avanços conquistados em nossa curta experiência democrática. Para nós, pesquisadores e militantes das questões relacionadas a gênero e sexualidades, o cenário é demasiadamente preocupante. Dentro de um conjunto mais amplo de apreensões, o texto em pauta pretende discutir a construção de determinados discursos, nos quais noções de gênero e de sexualidade passaram a se constituir como alvo de uma moralidade política na investida de uma parcela da direita conservadora (em particular,

---

<sup>7</sup> Portanto: 48,45% da população brasileira é composta por homens, onde 45,4% se declararam brancos. 30,3% têm até 19 anos, 48,1% têm entre 30 e 69 anos e 6,1% possui 70 anos ou mais (IBGE, 2015).

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/12/valor-do-salario-minimo-vai-para-r-724-em-2014>. Acesso em: 19 jul. 2016.

<sup>9</sup> Ademais, 11,4% alegaram receber de três a cinco salários mínimos e 4,4% não recebiam ou não declararam seus rendimentos (IBGE, 2014).

<sup>10</sup> Para maiores informações acessar: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/05/16/primeira-medida-provisoria-de-temer-reduz-de-32-para-23-o-numero-de-ministerios>. Acesso em: 19 jul. 2016.

<sup>11</sup> A extinção do Ministério da Cultura e sua recriação, após protestos e pressão da classe artística do país, dividiram as matérias dos principais jornais do país bem como os escândalos que acabaram por provocar a exoneração de três ministros que, de alguma forma, tiveram seus nomes associados ao escândalo de corrupção da “Operação Lava Jato”.

atores sociais religiosos cristãos), ao instituírem uma verdadeira “cruzada moral” (BECKER, 2008) em favor da retirada dos conteúdos que fazem referência a gênero e à sexualidade no currículo escolar.

## IDEOLOGIA E PODER

O movimento organizado que promove campanhas para retirada dos conteúdos de gênero da educação básica tem sua base política entre os religiosos cristãos. Ronaldo de Almeida (2017) propõe compreender o avanço conservador e a participação evangélica<sup>12</sup> na atual conjuntura político-religiosa pela qual o país atravessa, por meio da composição de quatro linhas de força que cooperam entre si: econômica (meritocrática e empreendedora), moral (moralmente reguladora), securitária (repressiva e punitiva) e interacional (socialmente intolerante). Nesse debate acerca da relação entre conservadorismo e evangélicos, Almeida (2017) aponta que a moral religiosa tem sido um orientador significativo das questões relacionadas aos direitos reprodutivos e sexuais e à família, para a atuação de um conjunto de políticos na esfera legislativa (vereadores, deputados, senadores) denominados no cenário político como “Bancada Evangélica”<sup>13</sup>. Na disputa pela moralidade pública, em sua faceta mais conservadora, esses religiosos buscam não apenas garantir proteção à moralidade e aos valores próprios ao seu grupo. Mas, também, pretendem garantir que essa moralidade seja inscrita na ordem legal do país, sob o discurso da necessidade de contenção dos avanços do secularismo

---

<sup>12</sup> Vale ressaltar que, em seu estudo, Almeida não considera os evangélicos como sendo a causa e nem a resultante deste avanço conservador que assola o país, mas aborda a articulação deste grupo religioso ao processo social mais amplo: “Assim como nem todos os evangélicos são conservadores, a pauta conservadora vai além da pauta dos evangélicos conservadores. Dela participam também católicos, outras religiões e não religiosos” (ALMEIDA, 2017, s/p).

<sup>13</sup> De acordo com Ronaldo de Almeida, a designação “Bancada Evangélica talvez seja a expressão mais acabada do sentido negativo que o termo ‘os evangélicos’ adquiriu nas últimas décadas, qual seja: um conjunto de deputados moralistas que ameaçam a laicidade do Estado brasileiro” (ALMEIDA, 2017, s/p). O autor ainda acrescenta que tal laicidade ameaçada pelos evangélicos é apenas presumida, uma vez que não houve condições para sua existência em um país onde o catolicismo e a igreja católica se beneficia de legitimidade e oficialidade naturalizadas por sua profundidade histórica, cultural e jurídica.

nos comportamentos e nos valores que afligem a sociedade brasileira (ALMEIDA, 2017).

No que diz respeito à retirada dos conteúdos de gênero da educação básica, a polêmica se desenrola desde 2014, com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) na Câmara dos Deputados, que alterou a redação aprovada em 2012, suprimindo do texto referente às desigualdades educacionais a “ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” (2014, p.22), substituída genericamente por “ênfase na promoção da cidadania e erradicação de todas as formas de discriminação” (2014, p.12). A partir de então, a pauta seguiu para os municípios e o debate nas câmaras dos vereadores em todo o país tem sido marcado por preconceitos e homofobia no combate ao que se rotulou de “ideologia de gênero<sup>14</sup>”.

O argumento mobilizado para a implementação de um conjunto de ações por esses religiosos conservadores seria a de uma “ameaça real”, representada sob o escopo de uma “ideologia de gênero”. Segundo o argumento destes, a “ideologia de gênero” é um perigo à integridade moral das crianças e dos adolescentes, visto que os conteúdos abordados no ensino em sala de aula e a distribuição de material didático com **“ênfase na promoção da igualdade de gênero e de orientação sexual”** (que fora suprimido do PNE) corromperiam supostamente o “caráter biológico” e as “estruturas postuladas historicamente sobre as relações entre homens e mulheres”.

O que se observa nas sessões promovidas nas Câmaras de Vereadores por todo o país é a emergência daquilo que o sociólogo Stanley Cohen definiu como *pânico moral*, a saber, quando

Uma condição, um episódio, uma pessoa ou um grupo de pessoas passa a ser definido como um perigo para valores e interesses societários; sua natureza é apresentada de uma forma estilizada e estereotipada pela mídia de massa; as

---

<sup>14</sup> As frases estão entre aspas porque correspondem a alguns das formas corriqueiras de argumento que encontramos atualmente. Para saber mais acesse: <https://padrepauloricardo.org/blog/associacao-americana-de-pediatras-fulmina-ideologia-de-genero>. Acesso em: 19 jul. 2016.

barricadas morais são preenchidas por editores, bispos, políticos e outras pessoas de Direita; especialistas socialmente aceitos pronunciam seus diagnósticos e soluções; recorre-se a formas de enfrentamento ou desenvolvem-nas (COHEN, 2002, p.9)<sup>15</sup>.

Desta forma, a crença na existência de uma “ideologia de gênero” é construída como uma espécie de “doutrinação”, que serviria para “confundir a cabeça de crianças e adolescentes”<sup>16</sup> ao “acabar com os elementos usados para identificar os dois sexos” e “estimular a homossexualidade”; além de contribuir para “desestruturar a moral” das relações no âmbito familiar ao “desconstruir” a maternidade e “incentivar” a prática do aborto. Julian Rodrigues elucida bem este projeto: “Uma certa interpretação moral religiosa muito específica no que tange à compreensão das relações sociais de gênero é elevada ao modelo universal e que não pode ser conspurcado por ‘atos abomináveis’” (RODRIGUES, 2016, p.13). Aqui se faz necessário destacar que o entendimento de família contido nesses discursos está circunscrito apenas àquelas formadas pela união heterossexual.

Uma característica marcante de *pânicos morais* se refere à presunção da existência de um dado “problema” que ameaça a ordem e os valores morais tradicionais ou parte deles, sem que haja de fato provas de sua existência ou severidade, estabelecendo um ambiente de ansiedade, insegurança e medo na sociedade. A veiculação em diferentes meios de comunicação tem papel importante no processo de caracterização do *pânico moral* entre a opinião pública, pois o sensacionalismo midiático tende a contribuir para “fabricar” a extensão da preocupação desproporcionalmente ao perigo real que o problema possa acarretar, gerando, conseqüentemente, reações coletivas também desproporcionais (COHEN, 2002). É neste cenário que surgem as figuras dos *empreendedores morais* (BECKER, 2008) no combate

<sup>15</sup> Tradução livre do original em inglês.

<sup>16</sup> As frases estão entre aspas porque correspondem a alguns das formas corriqueiras de argumento que encontramos atualmente. Para saber mais acesse: <https://padrepauloricardo.org/blog/associacao-americana-de-pediatras-fulmina-ideologia-de-genero> Último acesso em 19 de julho de 2016.

ao ensino e ao debate a respeito de gênero e sexualidade nas escolas. Esses *empreendedores morais* mobilizam o *pânico sexual* (RUBIN, 1998), uma variação do *pânico moral*, para gerar ansiedade nas famílias e na sociedade de modo geral em torno de questões relacionadas à sexualidade.

Na epidemia de *pânicos sexuais* que se alastrou pelos EUA entre as décadas de 1970 e 1980, a antropóloga Gayle Rubin (1998) chamou atenção para o quão poderosos são os discursos que mobilizam a necessidade de “proteção das crianças”, consideradas mais “vulneráveis” às investidas de “pervertidos sexuais”. Naquele contexto, homossexuais e consumidores daquilo que foi rotulado por pornografia infantil<sup>17</sup> foram alvos de duras perseguições realizadas pelos *empreendedores morais* e pelo Estado a partir de dispositivos normativos. Neste escrutínio, observou-se a proliferação de um verdadeiro *pânico sexual*, elemento geralmente mobilizado pelos *empreendedores morais* para veicular outras preocupações como, por exemplo, aquelas relacionadas à decadência moral ou a desorganização social (PISCITELLI, GREGORI & CARRARA, 2004).

A construção de problemas sociais em causas políticas também tem ocorrido no Brasil com expressiva intensidade. Tendo como pontapé a Operação Carrossel, orquestrada pela Polícia Federal em fins de 2007, Laura Lowenkron (2013) analisou a construção da “pedofilia” como causa política e caso de polícia e a consequente produção do “pedófilo” como inimigo. Ao traçar uma etnografia da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia no Senado Federal e das investigações da Polícia Federal em torno das redes de pornografia infantil na internet, a antropóloga desvelou o modo como se deu a instauração da CPI e a produção desse monstro contemporâneo – enclausurado entre discursos médicos patológicos e morais cristãos – como problema social levada ao cabo pelo senador Magno Malta, um dos líderes da bancada evangélica.

---

<sup>17</sup> Rubin aponta que as leis produzidas sobre a pornografia infantil no âmbito dos *pânicos morais* são mal concebidas e mal orientadas ao estabelecerem como obsceno qualquer representação de menores que apresente nudez ou que envolva atividade sexual, o que configurou significativo retrocesso de liberdades civis naquele país. Traçando um paralelo com os dias atuais, podemos perceber a semelhança com discursos que acionam *pânicos sexuais* no combate a pedofilia e a produção do “pedófilo” como o novo monstro contemporâneo (LOWENKRON, 2013).

Nos discursos contra a “ideologia de gênero” nas escolas, ao que parece, o foco da moralidade está centrado na orientação sexual e de gênero das crianças e adolescentes. Ou melhor: na crença de que o ensino e o debate de gênero e sexualidade nas escolas visam doutrinar aos estudantes, como se professores e demais educadores fossem utilizar de sua condição de autoridade para (des)orientá-los no que eles devem “ser” e no que devem “fazer” em termos da sua sexualidade. O que está em jogo aqui, portanto, é a manutenção de um modelo hegemônico de sociedade construído a partir de noções da *heterossexualidade compulsória*<sup>18</sup> (BUTLER, 2008) e de valores morais cristãos, nos quais o padrão de família, constituída exclusivamente por um homem, uma mulher e sua prole, está em pauta.

## JOGOS DE CONTROLE

No dia 1º de junho de 2016, em sessão na Câmara de Vereadores da cidade de Campinas, em São Paulo, o vereador Campos Filho (DEM) referiu-se à “ideologia de gênero” como “... nefasta, é contra a família”. O material de divulgação política do vereador Jorge Schneider (PTB), intitulado *Diga sim a Família. “Ideologia de gênero”: conheça e entenda o perigo que você e seus filhos estão correndo!*<sup>19</sup>, demonstra as estratégias de regulação da educação e da sexualidade via poder legislativo. Ao reduzir, empobrecer e subverter anos de reflexões acadêmicas e científicas, a premissa mobilizada é a de se estar informando para poder defender a população das tentativas de transformação de “nossas escolas em laboratórios para a manipulação da personalidade de seus filhos”.

---

<sup>18</sup> A expressão *heterossexualidade compulsória* é utilizada pela filósofa Judith Butler (2008) para se referir ao ordenamento social que visa produzir uma coerente correlação entre sexo, gênero e desejo heterossexual.

<sup>19</sup> Só esse material já renderia uma discussão muito interessante sobre a questão. Para maiores informações, acessar o link do vereador citado <https://www.facebook.com/vereadorjorgeschneider/photos/pcb.937683952920300/937683786253650/?type=3&theater>. Acesso em: 19 jul. 2016.



Para os autores Toni Reis e Edla Eggert (2017, p.20):

Criou-se uma falácia apelidada de “ideologia de gênero”, que induziria à destruição da família “tradicional”, à legalização da pedofilia, ao fim da “ordem natural” e das relações entre os gêneros, e que nega a existência da discriminação e violência contra mulheres e pessoas LGBT comprovadas com dados oficiais e estudos científicos. Utilizou-se de desonestidade intelectual, formulando argumentos sem fundamentos científicos e replicando-os nas mídias sociais para serem engolidos e regurgitados pelos fiéis acríticos que os aceitam como verdades inquestionáveis. Utilizou-se também de uma espécie de terrorismo moral, atribuindo o status de demônio às pessoas favoráveis ao respeito à igualdade de gênero e diversidade sexual na educação, além de intimidar profissionais de educação com notificações extrajudiciais com ameaça de processo contra quem ousasse abordar esses assuntos na sala de aula. Criou-se um movimento para “apagar” o assunto gênero do currículo escolar. (REIS; EGGERT, 2017, p.20)

O antropólogo Sérgio Carrara argumenta que o embate que cria e correlaciona “ideologia de gênero” e educação compõe mais um dos muitos conflitos instalados no que denomina como “processo de cidadanização de diferentes sujeitos sociais”, em que se nota a articulação de identidades, seja com a linguagem de gênero, seja com a da sexualidade ou orientação sexual (CARRARA, 2015). Neste embate, o autor nos auxilia na reflexão acerca do modo com que atores políticos religiosos cristãos fazem uso da política sexual por meio da agenda educacional para reagir contra o reconhecimento da importância de se discutir diversidade de gênero e orientação sexual nas escolas, desprezando-as enquanto um valor legítimo.

Contudo, a emergência da reivindicação de direitos sexuais, compreendida na perspectiva de agenciamento de novos direitos por novos sujeitos, ocorre em um cenário bastante complexo em que o próprio saber empregado para legitimar a importância de se criar e dar acesso a tais

direitos tem sido utilizado estratégica e discursivamente para combatê-lo e desconhecê-lo nas esferas legislativa e do direito, forjado com base naquilo que Foucault (2010) denomina de polivalência do discurso. O discurso político empregado por esse movimento conservador é assombrado pela própria “instabilidade” das categorias sexo e gênero, embora procurem mobilizá-las de modo a cultivar identificações a serviço de um objetivo político normativo, movendo tanto a política feminista quanto a política *queer* em prol da legitimação de uma norma regulatória pela qual a diferença sexual é materializada (BUTLER, 2001). Observa-se, da parte de políticos locais e nacionais, o maciço combate ao conhecimento produzido por especialistas por meio do arcabouço legal previsto na educação brasileira que garante as discussões a respeito das desigualdades de gênero, direitos humanos e sexuais, combatendo as diferentes formas de discriminações que atravessam os muros da escola.

É válido sempre destacar que nos três primeiros artigos das Leis de Diretrizes e Bases (LDB) da educação brasileira<sup>20</sup>, tem-se que:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, **nos movimentos sociais** e organizações da sociedade civil e nas **manifestações culturais**.

Art. 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à **prática social**.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – **igualdade de condições para o acesso e permanência na escola**; II – **liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber**; III – **pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas**; IV – **respeito à liberdade e apreço à tolerância** (BRASIL, 2015:9, grifos nosso).

---

<sup>20</sup> Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/edicoes/paginas-individuais-dos-livros/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-nacional> Acesso em: 27 jan. 2016.

O documento afirma que o processo educativo abrange a formação dos indivíduos que se desenvolvam nos movimentos sociais e manifestações culturais, além de vincular-se também à prática social, e ressalta que o ensino exige condições de igualdade para o acesso e a permanência dos estudantes na escola, além da liberdade de aprendizagem, ensino, pesquisa e divulgação cultural, corroborando para o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Atualmente, a realidade da educação brasileira apresenta dados que contrariam as propostas colocadas pela LDB, sobretudo, com relação ao número de evasão de travestis, mulheres transexuais e homens transexuais a violência contra alunos e alunas gays, lésbicas e bissexuais, como apontam os pesquisadores Borges & Meyer (2008), Junqueira (2010) e Dinis (2011).

Como aponta Facchini; Ferreira (2016), na contramão do fortalecimento de políticas públicas ligadas às mulheres e às demandas dos feminismos, bem como as evidências de que é fundamental o combate da violência de gênero por meio da construção de políticas educacionais, grupos conservadores têm adotados medidas no executivo e no legislativo e tem encorajado discursos e práticas que reforçam a violência de gênero. Desta forma, uma das finalidades requeridas pela lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica não está sendo assegurada, a formação para a cidadania e o respeito recíproco em que se assenta a vida social, como descritos nos artigos abaixo:

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o **exercício da cidadania** e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (BRASIL, 2015:17, grifos nosso).

[...]

Art. 32. IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de **tolerância recíproca em que se assenta a vida social** (BRASIL, 2015, p.23, grifos nossos).

No âmbito de questões de gênero e sexualidade, a LDB postula tais temas como assuntos transversais, aptos a estarem distribuídos em todas as disciplinas escolares. Todavia, observa-se verdadeira ausência nos livros didáticos de tópicos a respeito de movimentos sociais identitários conduzidos pelas chamadas minorias sexuais que emergem no país a partir dos anos de 1970 (HEILBORN & SORJ, 1999). O sexo, e não tanto a sexualidade, aparece minimamente apenas nos livros da disciplina de biologia para tratar do tema da reprodução humana e da prevenção a DST/Aids em relações heterossexuais.

Pensado como instrumento passível de oferecer subsídios, o material *Escola sem Homofobia*, popularmente conhecido por “kit gay”, foi proibido nas instituições de ensino em 2012, devido a negociações políticas do então governo com parlamentares religiosos cristãos. Este, resultado de um projeto desenvolvido pela Pathfinder Brasil, Ecos e Reprolatina, em articulação com a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) e financiado pelo Ministério da Educação (MEC), via emenda parlamentar, trazia como proposta recursos com fins a combater a prática da homofobia no ambiente escolar (2010).

Ainda nesse caminho, para a efetivação de mudanças no cenário de violência contra as mulheres e a população LGBTQIT nas escolas do país, observou-se no Brasil algum empreendimento para modificar tal realidade. A promulgação de resoluções que possibilitassem aos docentes o exercício de atividades e propostas pedagógicas desde a infância tornou-se uma possibilidade, a partir da resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP) n. 01 de 15 de maio de 2016, que prevê que:

Art. 5º O egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:  
X - Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras<sup>21</sup>;

Conforme a resolução emitida, os estudantes egressos nos cursos de Pedagogia deverão, ao término da formação, encontrarem-se aptos a

<sup>21</sup> [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf). Acesso em: 31 dez. 2015.

respeitar as diferenças de natureza étnico-raciais, geracionais de gênero e sexuais, demonstrando, portanto, consciência acerca da diversidade existente no mundo. Esta formação, que deve estender-se aos demais profissionais da educação que atuam e exercem suas funções em diferentes campos do conhecimento e ciclos de ensino, é salutar.

Contudo, ao não se ter afixado na grade curricular da formação de professores disciplinas de gênero e sexualidade, por exemplo, a formação de uma base de saberes a respeito do tema ainda se encontra pouco institucionalizada. Deste modo, aquilo que parece ser um caminho positivo abre para outra instância de disputas: a da vigilância das práticas cotidianas de educadores no espaço escolar.

## **GUERRA OCULTA**

A vigilância cotidiana da prática docente tem aumentado de forma avassaladora. Isto porque as temáticas de gênero e sexualidade podem ser trabalhadas por meio do currículo oculto, uma vez que o currículo oficial tem se demonstrado incapaz de prever as necessidades locais de cada escola e programar um conteúdo a ser desenvolvido especificamente para a realidade de cada unidade educacional, o que reforça a importância do currículo oculto (SACRISTÁN, 1998). Conforme o educador Tomaz Tadeu da Silva, “o currículo oculto é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita para aprendizagens sociais relevantes”, de modo que “o que se aprende no currículo oculto são fundamentalmente atitudes, comportamentos, valores e orientações” (SILVA, 1999, p.78). O currículo oculto, portanto, aparece como um importante espaço para que possamos no dia a dia da sala de aula e da experiência com o cotidiano escolar e dos estudantes, elucidar alternativas temáticas, educativas e valorativas que respondam aos conflitos e anseios presentes na comunidade e que inevitavelmente atravessam os muros da escola.

Se, por um lado, a percepção acerca do currículo oculto nos permite vislumbrar a possibilidade de construções coletivas de trabalhos pedagógicos que tenham como temática as relações de gênero e sexualidade, bem como perceber que o processo de ensino e aprendizagem transborda

as grades curriculares, por outro lado ela também nos coloca frente à questão de que estes temas não estão elencados dentro do conjunto de conteúdos valorizados para a “transmissão” nas instituições formais de ensino, ficando a cargo dos/as profissionais “sensíveis à temática” problematizá-la e instigar as discussões entre seus pares e com os/as estudantes.

A construção de uma legislação que torna obrigatória a discussão a respeito das relações de gênero e sexualidade na educação básica garantiria a problematização da temática fornecendo um respaldo legal para que não fosse menosprezada ou tornada algo desnecessário dentro do processo de ensino e aprendizagem. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, publicada pelo Ministério da Educação em 2010<sup>22</sup>, isto já aparece, constando que as instituições de educação infantil devem garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica:

Construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa (BRASIL, 2010, p. 17).

As contribuições do trabalho pedagógico são de suma importância para que as crianças desenvolvam reflexões e posturas éticas com relação às demandas políticas propostas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o que inclui necessariamente construir novas relações de sociabilidade e subjetividade a partir das perspectivas de gênero, consolidando as plataformas de acesso para a equidade e valorização das atividades e papéis sociais de gênero na cultura brasileira.

Quando pensamos as relações de gênero no currículo da Educação Infantil, é fundamental destacarmos suas especificidades, principalmente no que tange à não existência de um currículo dividido em disciplinas. As

---

<sup>22</sup> Link para obter acesso: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9769-diretrizescurriculares-2012&category\\_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9769-diretrizescurriculares-2012&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 05 jan. 2016.

creches e pré-escolas não cabem dentro das grades do currículo, podendo ser concebidas como espaço de produção intempestiva de pedagogias que não “didatizam” a “experiênciação” do mundo, mas sim que criam processos abertos e dinâmicos de reinvenção das relações sociais.

Mas se, de um lado, notam-se possibilidades de avanços, de outro lado tem-se o peso das perdas. Neste esteio, o debate a respeito da “ideologia de gênero” e educação na cidade de Campinas dá máxima lição. Ao analisar o imbróglio em terras campineiras, Zanoli & Mascarenhas Neto (2016) apontam para a especificidade local, em que o impedimento não adveio por meio de nova proposta de Plano Municipal de Educação, mas por proposta de emenda à Lei Orgânica do Município de 2015, o que sinaliza para as disputas de saber e de poder mobilizadas pelo conjunto de atores contrários ao reconhecimento da diferença como valor, e mesmo para a desqualificação do tema para um debate profundo, conduzido por estudiosos da questão<sup>23</sup>.

Em uma escola de educação infantil da região metropolitana de Campinas, que atende a crianças de 0 a 5 anos, por sua vez, a coordenadora pedagógica comprou algumas bonecas sexuadas para as crianças brincarem<sup>24</sup>. “Elas vêm em família, é aquela família tradicional, pai, mãe, filho e avós”, enunciou. A proposta da coordenadora era desmontar as famílias e oferecer às meninas e aos meninos outros arranjos possíveis, deixando-os brincar e mesmo inventar outras relações. Mas a proposta não deu certo, uma vez que algumas professoras da instituição ficaram um pouco assustadas em oferecer para as crianças as bonecas com vagina e que, ainda por cima, simula a gravidez e o parto de um bebê que sai da boneca com a placenta! E os bonecos masculinos, por sua vez, atemorizavam por terem pênis. Muito se pensou e as bonecas quase nunca foram usadas.

O não oferecimento das bonecas, em alguma medida, informa as dificuldades das educadoras em lidar com assuntos relacionados a gênero e sexualidade, bem como apontam uma não “formação inicial” com

---

<sup>23</sup> Para uma análise da votação do primeiro turno e de alguns aspectos do texto da emenda, ver Zanoli & Mascarenhas Neto (2016).

<sup>24</sup> Esta cena faz parte do caderno de campo de Flávio Santiago que vem desenvolvendo o projeto de doutoramento intitulado: *(Re) interpretações das interseções entre o processo de racialização e relações de gênero em culturas de pares entre crianças pequenininhas de 0-3 anos em creche*.

relação a essa temática. Com base nesses percalços, o medo de mostrar os órgãos sexuais e, principalmente, mencionar a possibilidade de existência de outros arranjos familiares se tornou maior do que a coragem. Para as crianças ainda menores, de zero a três anos, a hipótese de trabalhar com as bonecas nunca foi cogitada. Como se algo de impuro pudesse contaminar a pureza destas. Diante deste quadro, as escolhas dos bonecos(as) que oferecemos às crianças, as histórias que contamos a elas, bem como as diferentes formas de se brincar que nós, adultos(as), legitimamos enquanto correta, correspondem a um projeto de infância que temos estruturado para que meninos e meninas vivenciem e apreendam as relações sociais.

As docentes, ao não quererem oferecer as bonecas sexuadas para meninas e meninos brincarem, apresentam uma percepção acerca do que é infância, estando esta diretamente relacionada à ideia de que as crianças não têm contato com os órgãos sexuais, bem como devem ser prevenidas de uma suposta sexualização do corpo. Este tipo de concepção tende a reforçar na prática a criação de armadilhas identitárias ligando os corpos ao sistema sexo e gênero e, posteriormente, ao modelo de sexualidade heteronormativa.

Como exercício reiterativo deste processo de aprendizagem, é comum ouvirmos frases como: “isto é coisa de menino, você deve brincar com esta boneca aqui”, “Nossa, como essa menina é agitada, parece até um moleque”, construindo os aspectos normativos referentes ao binarismo correspondente do que seriam o masculino e o feminino dentro da nossa sociedade. Este processo estabelece o que Butler (2008) categoriza como gêneros “inteligíveis”, os quais instituem e mantêm a relação de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, buscando estabelecer linhas causais expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual.

O *pânico moral* construído no tocante às supostas “ideologias de gênero”, responsáveis por incitar as crianças a vivenciarem e construírem outras formas de relações, revela que a elas deve sempre estar disponível apenas uma norma e que deve ser seguida a rigor, principalmente no que tange à normatização dos desejos. Este modo de percepção cria imagens



distorcidas referentes a algumas ações pedagógicas desenvolvidas no interior das escolas, pré-escolas e creches, construindo a ideia de que ao se trabalhar com a desconstrução dos estereótipos de gênero, como no momento da construção das filas de entrada em salas de aula, durante as leituras realizadas com as crianças ou a revisão de materiais didáticos, haveria a incitação para que todas as crianças se tornassem lésbicas, gays, travestis ou transexuais. A impossibilidade de se cogitar o acesso de bonecos sexuados para crianças de zero a três anos brincarem, por sua vez, remonta ao pânico de corrupção do “caráter da inocência das crianças”; pois como salienta Preciado,

Os defensores da infância e da família apelam à família política que eles mesmos constroem, e a uma criança que se considera de antemão heterossexual e submetida à norma de gênero. Uma criança que privam de qualquer forma de resistência, de qualquer possibilidade de usar seu corpo livre e coletivamente, usar seus órgãos e seus fluidos sexuais. Essa infância que eles afirmam proteger exige o terror, a opressão e a morte (PRECIADO, 2016, p. 96).

Não cabe, neste meandro, perguntas como: e as crianças? O que acham de tudo isso? Não pensam? Será que elas concebem as relações de gênero da mesma forma que nós adultos/as percebemos? Inúmeras vezes as crianças brincam com objetos conceituados socialmente como de menino ou de menina, de modo a não reproduzir os significados que eles carregam socialmente. Uma panelinha pode se transformar em um disco voador e não representar em nada a sua utilização prática referente ao universo adulto.

Neste esteio, são as atividades cotidianas dos adultos, sob o bojo do currículo oculto desenvolvido pelos/as docentes, as responsáveis por retransmitir parte dos modelos socioculturais vigentes, sendo sua desconstrução ou reflexão parte fundante da função dos/as professores/as, cabendo a estes/as tensionar os processos de hierarquização das desigualdades sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS DE UM DEBATE EM ABERTO

O atual movimento conservador que tem crescido pelo país entende que temáticas relacionadas ao gênero e à sexualidade devem ficar restritas somente à educação no âmbito familiar, não sendo papel de outro agente (profissionais da educação formal, por exemplo) abordar tais questões em suas aulas. No que tange a este pensamento, considera-se ser impossível pensar a prática escolar sem uma educação emancipatória, que tenha como princípio a diversidade e a pluralidade de ideias. Para tanto, não discutir temas que envolvam gênero e sexualidade na principal e uma das mais longas instâncias de convívio entre pessoas diferentes, a escola, é impensável quando o objetivo comum é o de promoção de uma educação que vislumbre a possibilidade do exercício de uma cidadania mais plena.

Ao refletir a respeito da aplicação da lei nº 10.639/2003, que versa acerca da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no ensino fundamental e médio, o antropólogo Kabengele Munanga aponta que o resgate da história e da cultura da população afro-brasileira não interessa somente aos estudantes negros, mas também aos de outras ascendências étnicas que tiveram sua estrutura psíquica afetada por terem sido criados em uma sociedade que reproduz de forma sistemática e duradoura preconceitos contra os afro-brasileiros (MUNANGA, 2003).

A referência à questão racial nos parece muito oportuna, na medida em que as questões de gênero e sexualidade também dizem respeito a todos/as, independentemente de orientação sexual e identidade de gênero. Isto se deve ao fato de vivermos em uma sociedade com profundas desigualdades nesse domínio, na qual a heterossexualidade compulsória e os modelos hegemônicos de masculinidade e feminilidade oprimem e excluem aqueles/as que não se enquadram a tais padrões estabelecidos. Mais do que isso, refere-se a todos, na medida em que, em uma sociedade comandada por valores estéticos e performáticos, “ser” e “parecer” torna-se face de uma mesma moeda. Ao fim e ao cabo, trata-se de relações de poder atravessadas pela construção de discursos úteis e públicos na tentativa de regular o sexo e a sexualidade (FOUCAULT, 2010).

Contudo, diferentemente do âmbito de conquistas observadas a partir da lei nº 10.639/2003, que instaura formação e material sobre História e Cultura Afro-Brasileira para debate dentre outros, buscamos neste texto evidenciar as práticas de minar qualquer jurisprudência no âmbito das questões de gênero e sexualidade no campo do ensino. A ausência de maiores respaldos nos documentos educacionais e a perda do pouco conquistado, somada à vigilância dos profissionais dispostos a refletir abertamente a respeito da existência de diferenças na sociedade e a produção destas em desigualdades, só nos apontam para a dimensão alarmante com que abrimos este artigo.

Se pensarmos em resistências, novos ventos apontam para feixes de esperança. É bem-vindo o livro recém-lançado *Diferentes não desiguais: a questão de gênero na escola* (2016). Publicado pelo selo Reviravolta, pertencente à Companhia das Letras, e escrito pelas(os) antropólogas(os) Beatriz Accioly Lins, Bernardo Fonseca Machado e Michele Escoura; a obra visa disponibilizar material acerca de gênero e sexualidade a docentes interessados. Em conversa com esta última, a também pesquisadora assinalou para a ideia de que o livro sirva como material propedêutico, pois: “Mesmo o professor mais bem intencionado não encontra material que o auxilie a tratar dos assuntos que envolvam orientação sexual e identidade de gênero”.

Assim, mantemos a expectativa de que a emancipação do saber e a prática de um conhecimento verdadeiramente libertador possam servir como instrumentos teóricos e políticos para que possamos construir plataformas que tenham como horizonte a equidade das relações de gênero, ao combate às discriminações que estabelecem por meio da orientação sexual critérios de distinção da cidadania, nos possibilitando, como destacado pela socióloga Letícia Sabsay (2014), “des-heterossexualizar” o acesso aos direitos, possibilitando avançar na construção de uma democracia efetiva<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> Segundo a pensadora, “há necessidade de se generalizar a cidadania, porque quando ela não é generalizada, tende a ser masculina. Também é preciso sexualizá-la, isto é, ‘des-heterossexualizá-la’ ou ‘des-heteronormativizá-la’. Creio que este é um campo político que não se pode abandonar” (SABSAY, 2015, p.39).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. Dossiê Conservadorismo, Direitos, Moralidades e Violência. *Cadernos Pagu*. Campinas, 50, 2017.
- BECKER, Howard. *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BORGES, Zulmira Newlands; MEYER, Dagmar Estermann. Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*. Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p. 59-76, jan./mar. 2008.
- BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB nacional [recurso eletrônico]: *Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 11. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil / Secretaria de Educação Básica*. – Brasília: MEC, SEB, 2010.
- BRASIL. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. *Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005*, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G. L. (org.). *O Corpo Educado: Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 151-172.
- \_\_\_\_\_. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.
- CARRARA, Sérgio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. *Mana*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 323-345, 2015.

- COHEN, Stanley. *Folk Devils and Moral Panics*. London and New York: Routledge, 2002.
- DINIS, Nilson F. Homofobia e Educação: Quando a omissão também é signo de violência. *Educar em Revista*. Curitiba, n. 39, p. 39-50, jan./abr. 2011.
- ECOS COMUNICAÇÃO EM SEXUALIDADE. Caderno: Escola sem Homofobia. *Kit Escola sem Homofobia*, 2010. Disponível em <http://www.ecos.org.br/index2.asp>. Acesso em: 6 fev. 2014.
- FACCHINI, Regina; FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminismos e violência de gênero no Brasil: apontamentos para o debate. *Ciência e Cultura*. Campinas, v. 68, p. 04-05, 2016.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2010.
- HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de Gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (org.) *O Que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*. ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.
- IBGE. *Uma análise das condições de vida da população brasileira 2015*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2015/default\\_tab\\_xls.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2015/default_tab_xls.shtm). Acesso em: 19 jul. 2016.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Currículo Heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. *Espaço do Currículo*. João Pessoa, v.2, n.2, pp.208-230, Set/Mar, 2010.
- LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. *Diferentes Não Desiguais: a questão de gênero na escola*. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

- LOWENKRON, Laura. O monstro contemporâneo: notas sobre a construção da pedofilia como “causa política” e “caso de polícia”. *Cadernos Pagu*, Campinas, 41, julho-dezembro de 2013: 303-337.
- MUNANGA, Kabengele. *Diversidade na Educação: reflexões e experiências*. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003.
- PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio. Apresentação. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (Orgs.). *Sexualidade e Saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- PRECIADO, Beatriz; FERREIRA MARCONDES NOGUEIRA, Fernanda. Quem defende a criança queer?. *Jangada: crítica, literatura, artes*, [S.l.], n. 1, p. 96-99, ago. 2013. ISSN 2317-4722. Disponível em: <<http://www.brazilianstudies.com/ojs/index.php/jangada/article/view/22/19>>. Acesso em: 19 jul. 2016.
- RODRIGUES, Julian. Guerras culturais? Guerras sexuais? Direitos civis e sexuais: as disputas entre movimentos feministas/LGBT e conservadores no Brasil e o Plano Municipal de Educação de São Paulo. *40º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs)*. Caxambu, 2016, p. 1- 27.
- RUBIN, Gayle. Thinking Sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: NARDI, P. M.; SCHNEIDER, B. E. (Ed.). *Social Perspectives in Lesbian and Gay Studies: a reader*. New York: Routledge, 1998. p. 100-133.
- REIS, Toni, EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os Planos de Educação brasileiros. *Educ. Soc.*. Campinas, v. 38, nº. 138, p.9-26, jan.-mar., 2017.
- SABSAY, Leticia. Des-heterossexualizar a cidadania é ainda uma frente de batalha. In: *Revista Cult*. São Paulo, n. 193 – agosto/2014 – ano 17. Disponível em <http://revistacult.uol.com.br/home/2014/10/des-heterossexualizara-cidadania-e-ainda-uma-frente-de-batalha/> Acesso em: 19 jul. 2016.

SILVA, Tomas Tadeu da. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias de currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

ZANOLI, Vinicius; MASCARENHAS NETO, Rubens. Escola, Política, Família e Religião: Disputas em torno da chamada “ideologia de gênero”. *Novos Debates*. Brasília, v. 2, n 2, junho de 2016.

